

Catia Grisa*

**A PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO NA
AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE A
PARTIR DA TEORIA DA SOCIEDADE DE
RISCO**

RESUMO: O artigo discute a produção de alimentos para autoconsumo como uma estratégia dos agricultores familiares para minimizarem sua exposição a riscos alimentares, decorrentes da utilização de agroquímicos no processo produtivo e do consumo de alimentos industrializados com acréscimos na sua composição (conservantes, aromatizadas etc.). Existe a percepção de que o consumo de alimentos industrializados ou alimentos in natura, adquiridos via mercados, podem acarretar risco alimentar. Por sua vez, a produção para autoconsumo geralmente é isenta de agrotóxicos, garantindo o consumo de alimentos ‘sem venenos’ e a tranquilidade de saber o que está sendo consumido. Os resultados derivam de investigação procedida em quatro municípios do Rio Grande do Sul, onde foram aplicados 238 questionários e realizadas 35 entrevistas. Inicialmente, o artigo discute o tema da ‘Sociedade de Risco’ e, posteriormente, debate a relevância do autoconsumo no contexto de tais sociedades.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar, Autoconsumo, Riscos.

ABSTRACT: The article discusses the self-consumption food production as a strategy of the family farms to minimize the exposition to the alimentary risks: these risks are originated of the use of pesticides in the productive process and of the industrialized food consumption with additions in its composition. The farmers have the perception that the consumption of industrialized foods or foods in natura acquired through markets is carrying of alimentary risk. In turn, the self-consumption production generally is exempt of pesticides, ensuring the food consumption “without poisons” and the tranquillity of the know what is consumed. The results derive from research proceeded in four municipalities of the Rio Grande do Sul, where was applied

Data de recebimento: 28/04/09. Data de aceite para publicação: 28/08/09.

*CPDA/UFRRJ - doutoranda no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Atua nas áreas de Sociologia Rural e Economia Agrária e tem experiência nos temas de Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Autoconsumo.

238 questionnaire and 35 interviews. Initially, the article discusses the subject of the “Risk Society” and, later, it discusses the relevance of self-consumption in the context of such societies.

KEYWORD: Risk, family farm and self-consumption.

INTRODUÇÃO

A temática dos riscos vem sendo discutida há algum tempo nas ciências sociais, notadamente desde a década de 1980. No calor desta discussão, ganha importância o que ficou conhecido no debate social como a teoria da ‘Sociedade de Risco’, exposta originalmente por Ulrich Beck e também tratada por Antony Giddens. Sociedade de risco refere-se a um período de modernidade ‘reflexiva’ que sucede a modernização ‘simples’ da sociedade industrial. Na sociedade industrial, os riscos e auto-ameaças são sistematicamente produzidos, mas não se tornam questões públicas ou o centro de conflitos políticos. São tratados como residuais ou efeitos colaterais. Já na sociedade de risco, os perigos da sociedade industrial tornam-se o centro dos debates e conflitos. Os perigos resultam do progresso industrial, da ‘sobre-produção’ industrial e são progressivamente acentuados com seu desenvolvimento ulterior. Em geral, não são percebidos pelos sentidos e residem na esfera das fórmulas físico-químicas, como os elementos tóxicos nos alimentos (BECK, 1998).

Muitos estudos sustentados por esta narrativa já foram realizados nos contextos das sociedades contemporâneas. Todavia, poucos estudos se reportaram a compreender esta perspectiva teórica nos universos rurais, onde a tradição, as crenças, os mitos etc., convivem com características de uma modernização reflexiva. Este artigo contribui neste sentido e aborda o modo como as unidades familiares de produção têm reagido às ameaças dos riscos alimentares. Particularmente, debate-se a produção para autoconsumo como uma estratégia que as famílias rurais lançam mão diante de contextos de vulnerabilidade aos riscos.

A produção para autoconsumo diz respeito a uma prática tradicional às unidades familiares de produção. Trata-se da produção de alimentos realizada pela família cujos produtos são destinados ao seu próprio consumo. Tida como sinônimo de atraso e ‘antítese da modernização’ (Maluf, 2007), durante a mudança da matriz tecnológica da agricultura na década de 1970, essa prática foi relegada a uma condição secundária nas unidades familiares e, em alguns casos, até

abandonada em prol de ‘fazer dinheiro’ com o monocultivo de lavouras comerciais, sobretudo de commodities.

Contudo, recentemente, a produção para autoconsumo vem sendo resgatada e fortalecida pelos formuladores de políticas públicas, mediadores sociais e pelas próprias unidades familiares em virtude dos múltiplos papéis que desempenha na agricultura familiar (Grisa, 2007), dentre os quais se sobressaem a questão da segurança alimentar e a oferta de alimentos saudáveis. Comumente realizada sem agrotóxicos e outros produtos químicos, a produção para autoconsumo contrapõe-se aos riscos alimentares decorrentes da utilização de tais produtos no processo produtivo, bem como aos riscos do consumo de alimentos industrializados, cujo manejo e composição são ‘desconhecidos’ pelos agricultores, o que gera ansiedade e desconfiança em relação à segurança alimentar. Esta é uma das principais razões apontadas pelos agricultores para a realização desta prática, juntamente com o fato de que, assim, sabe-se ‘o quê se está consumindo’ (GRISA, 2007).

Os resultados apresentados neste trabalho são oriundos de pesquisa realizada em 2003, intitulada ‘Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul’ (AFDLP-UFRGS/UFPel/CNPQ (2003)). Nesta pesquisa, foram selecionados quatro municípios que representam distintas dinâmicas da agricultura familiar gaúcha: Veranópolis, localizado na Serra Gaúcha; Morro Redondo, situado na Serra do Sudeste; Salvador das Missões, na região das Missões e; Três Palmeiras, no Alto Uruguai.

Nesses universos sociais, foram amostrados no total 238 estabelecimentos familiares, os quais responderam a um questionário semi-estruturado. Em 2006, retornando a esses locais, foram realizadas mais 35 entrevistas com agricultores familiares¹, a fim de evidenciar a contribuição da produção para autoconsumo para a autonomia das famílias rurais e o modo como esta prática se relacionava com a percepção dos riscos alimentares.

O artigo está estruturado em duas partes principais. A primeira levanta algumas reflexões sobre a teoria da sociedade de risco, apresenta suas características, contribuições e limites e, a segunda parte, com auxílio de dados da pesquisa empírica, discute a produção para o autoconsumo como estratégia dos agricultores familiares para

¹ Ao longo do texto estão transcritos fragmentos das entrevistas, identificados com um número referente à ordem em que foram realizadas, e com uma letra que diz respeito à inicial do nome do município (Eg. Entrevista 38, MR).

se contrapor aos perigos alimentares da sociedade de risco. Ao final do texto, são apontadas algumas considerações sobre o debate desenvolvido neste trabalho.

2. REFLEXÕES SOBRE A SOCIEDADE DE RISCO

Durante a década de 1980, a temática dos riscos foi abordada por diversos autores nas ciências sociais. Contudo, conforme Guivant (1998), enquanto em algumas análises os riscos eram tidos como temas de estudos específicos, enfocando dimensões socioculturais, Beck e Giddens projetaram o tema dos riscos no centro da teoria social. Para esses autores, pela análise dos riscos, seria possível entender as características, limites e transformações do projeto histórico da modernidade e poderiam ser estabelecidas novas interpretações sobre conflitos sociais, relações entre leigos e peritos, papel da ciência e formas de se fazer e se definir política. A obra seminal de Ulrich Beck 'La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad', publicada originalmente em alemão em 1986 e traduzida para o espanhol em 1998, é considerada o ponto de partida desta narrativa.

2.1 O surgimento de uma nova modernidade: a sociedade de risco

Para Beck (1998; 1997), a sociedade de risco surge de uma fratura da modernidade que se desprende da sociedade industrial clássica. Análogo ao século XIX em que a modernização dissolveu a sociedade agrária paralisada e elaborou a imagem da sociedade industrial, agora a modernização dissolve os contornos da sociedade industrial e surge a sociedade de risco. Contudo, segundo Beck (1998, p. 17), a sociedade industrial se despede do cenário da história mundial pela 'escada traseira dos efeitos secundários'.

Na sociedade industrial, os riscos e auto-ameaças são ordenadamente produzidos, mas não se tornam questões públicas ou o centro de conflitos políticos (os conflitos são pela distribuição de bens: renda, emprego, seguro social). A 'lógica' da produção de riqueza domina a de produção de riscos, os quais são considerados residuais e secundários em prol do progresso técnico. A ciência e a técnica desencantam privilégios estamentais e imagens religiosas, a fim de converter o mundo tradicional, bem como conhecer e dominar a natureza. Trata-se de uma modernização simples, na qual, inicialmente, ocorre a desincorporação para, em seguida, dar-se a

reincorporação das formas sociais tradicionais pelas industriais (BECK, 1997).

Já na sociedade de risco, os perigos começam a dominar os debates e conflitos públicos – os conflitos se referem à distribuição dos riscos: como os riscos da produção de ‘bens’ (tecnologia nuclear, pobreza, crises ambientais etc.) podem ser distribuídos, evitados e controlados. A ‘lógica’ da produção de risco se sobrepõe à da produção de riqueza e os efeitos colaterais da sociedade industrial vêm à tona para desencantarem a ciência e a técnica imanentes à sociedade industrial. Conforme Beck (1997, p. 16), “a sociedade de risco não é uma opção que se pode escolher ou rejeitar no decorrer de disputas políticas. Ela surge na continuidade dos processos de modernização autônoma, que são cegos e surdos a seus próprios efeitos e ameaças”. Trata-se de uma segunda modernidade, denominada reflexiva ou, segundo Giddens (1997; 1991), alta modernidade², onde a sociedade se vê confrontada com os efeitos colaterais do progresso técnico-científico e emerge a possibilidade de (auto)destruição da sociedade industrial. A vitória da modernização ocidental é o ‘sujeito’ desta (auto)destruição criativa.

Mas, à que perigos ou riscos esses autores se remetem? A humanidade não conviveu sempre com riscos? De fato, os riscos não são um invento da modernidade. Porém, segundo Beck (1998; 1997), no período pré-moderno, tratava-se de riscos pessoais, já em condições de modernidade tardia ou reflexiva os riscos, referem-se a situações de ameaça global. Também, outrora, os riscos eram percebidos pelos sentidos e oriundos do infraabastecimento de tecnologia, ao passo que, atualmente, os riscos fogem à percepção e residem em formulações físico-químicas. São invisíveis, baseados em interpretações causais e percebidos somente pela ciência. Alguns se manifestam somente nos descendentes dos afetados.

Ademais, Giddens (2001, p. 111) afirma que os riscos no pré-moderno tinham sua origem e causas primariamente na natureza, ao passo que na modernidade – as ameaças ecológicas, por exemplo –, “são o resultado de conhecimento organizado, mediado pelo impacto do industrialismo sobre o meio ambiente material.” A particularidade dos riscos hodiernos deriva, portanto, das suas causas modernas. “São um produto global da maquinaria do progresso industrial e são acentuados

² É relevante registrar que, para Beck e Giddens, o período a que se referem situa-se dentro da modernidade, distanciando-se das análises pós-modernas. Para os autores, o desenvolvimento da modernidade conduziu a uma compreensão mais plena da reflexividade inerente à própria modernidade, e não para uma fase ‘além da modernidade’. Ver Kumar (1997).

sistematicamente com seu desenvolvimento ulterior.” (BECK, 1998, p. 28).

2.2 O retorno da incerteza e a modernização reflexiva

A sociedade de risco, como já aludido, refere-se a um estágio de modernização reflexiva. Reflexiva, aqui, não significa reflexão, acréscimo de conhecimento ou cientifização, mas autoconfrontação (BECK, 1997). Diz respeito a um período em que o pensamento e a ação são constantemente refratados entre si como se estivessem diante de um espelho. Como observa Giddens (2001, p. 45), “(...) as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter”.

Assim, a modernização reflexiva marca a passagem da sociedade industrial à sociedade de risco, em que aquela se vê confrontada e ameaçada pelos efeitos colaterais do progresso técnico-científico que já não podem ser tratados e assimilados por ela mesma ou suas instituições. As crises e ameaças não são mais interpretadas como problemas pontuais, mas como crise institucional da modernidade industrial. A ciência e a técnica, responsáveis pelo contorno das contingências da natureza e garantia da eficácia da ação humana e o Estado moderno, responsável pela regulação das relações sociais, tornam-se questionáveis. A incerteza e a imprevisibilidade das ameaças, peculiares à sociedade de risco, colocam em dúvida a racionalidade da modernidade anterior, já que “(...) os riscos têm sua origem precisamente no triunfo da ordem instrumentalmente racional” (BECK, 1997, p.20). Similarmente como a modernidade representou o desencantamento do mundo, tornando-o destradicionalizado e secular, com a modernização reflexiva, a ciência se desencanta, perde sua mística, todavia, não perde sua relevância (BECK, 1997; GIDDENS, 1991)³.

Para Costa (2004), a abordagem da modernização reflexiva contribui para a análise da globalização ao construir categorias capazes de captar o dramático desenraizamento dos processos sociais dos

³ Conforme Costa (2004), o conceito de reflexividade apresenta algumas diferenças entre Beck e Giddens. O primeiro enfatiza a reflexividade racional-individual. Revela os contornos de uma teoria da ação, destacando o papel ativo do sujeito capaz de se esquivar da força de determinação das estruturas sociais, podendo mesmo transformá-las. Giddens considera o papel do entorno social na produção da reflexividade, destacando a importância da reflexividade institucional. Fiel à teoria da estruturação e afrouxando a dicotomia entre agente e estrutura, demonstra

contextos espaço-temporais – processo que acompanha a modernidade desde seu nascimento, todavia se aprofunda hodiernamente. Porém, esta abordagem também apresenta alguns limites.

Para o autor, Beck parte da experiência vivida em uma realidade específica (a Europa Ocidental) e toma uma forma particular de racionalidade (reflexiva) como o padrão mediante o qual as transformações globais serão analisadas. Tende a tomar a sociedade industrial e a modernidade simples como a dimensão empírico-descritiva (o ser) e a segunda modernidade como a dimensão normativa (o deve ser) da sociedade de risco. Assim, ao se considerar a transformação da sociedade industrial (racionalidade simples) para a segunda modernidade (racionalidade reflexiva), ao invés de analisar a diversidade dos padrões de transformação nas diferentes regiões do mundo, Beck descreve a globalização “como um processo evolucionista e monocêntrico de expansão de uma ‘constante’ social, a reflexividade” (COSTA, 2004, p. 96).

Contrariando Beck, Costa (2004) argumenta que as sociedades que vivem um processo tardio de modernização podem ter visto surgir incertezas antes mesmo dos benefícios da industrialização. Nestas sociedades, as expectativas depositadas na modernidade e a crítica aos limites de suas instituições podem frequentar os mesmos espaços cronológicos e culturais e, segundo o autor, podem até conviver harmonicamente nos horizontes interpretativos de um mesmo ator social. Deste modo, muito antes de considerar a modernidade reflexiva como um estágio avançado de modernidade, deve-se buscar compreendê-la imersa em diferentes configurações sociais, gerando sociedades híbridas confrontadas com sua própria história e não com um desenvolvimento histórico-social considerado ‘exemplo’.

2.3 Conflitos sociais: distribuição da riqueza e dos riscos

Para Beck (1998, 1997), a sociedade de risco marca o ‘final do outro’. Na sociedade industrial, todo sofrimento, miséria, violência que alguns grupos humanos submetiam a outros, se resumia na categoria dos ‘outros’: judeus, negros, mulheres, comunistas etc. Havia fronteiras reais e simbólicas separando grupos, atingidos e não atingidos. Na

que é no jogo dinâmico de sua própria incorporação à ação que as estruturas adquirem contorno e sentido (a exemplo dos sistemas peritos, que ao mesmo tempo em que moldam a ação, constituem fonte de informação e reflexão sobre o contexto em que a ação se dá, aprofundando seu caráter reflexivo). Apesar das diferenças, a noção de reflexividade desempenha papéis semelhantes na análise da modernidade contemporânea em ambos os autores.

sociedade de risco todos são afetados pelo perigo. Os riscos não se limitam a lugares, não respeitam as fronteiras dos Estados e nem atingem classes específicas: são ‘democráticos’. Assim, para o autor, a sociedade de risco sinaliza a passagem de conflitos pela distribuição de riqueza (bens) para conflitos derivados da produção e distribuição dos riscos (malefícios).

Segundo Beck (1997), esta mudança está vinculada a pelo menos dois condicionantes históricos. Primeiro, a transformação ocorre aonde e na medida em que, mediante o nível alcançado pelas forças produtivas e pelo Estado Social, pode-se reduzir e excluir a miséria. Em segundo lugar, a troca depende que de, ao mesmo tempo em que se intensificam as forças produtivas no processo de modernização, se liberem os riscos e as potenciais auto-ameaças em um grau desconhecido até o momento.

Assim, ambos os paradigmas da desigualdade social (distribuição de ‘bens’ e ‘malefícios’) referem-se a períodos distintos no processo de modernização. Os primeiros são dominantes nas sociedades em que a ‘ditadura da escassez’ vigora. Nesses contextos, é dada ênfase ao processo de modernização como o principal meio para superar a pobreza, mesmo que, ao mesmo tempo, seja gestada uma ameaça invisível. À medida que as sociedades se desenvolvem, o paradigma se altera, a exemplo do que se visualiza nos Estados de Bem-estar Social. Nestas sociedades, “a luta pelo pão de cada dia perde a urgência” e o processo de modernização perde a legitimidade anterior em que a luta contra a pobreza deveria ocorrer a qualquer custo. Concomitante, intensifica-se a compreensão dos efeitos colaterais e forças destrutivas das fontes de riqueza. Destarte, “a continuidade dos processos de modernização, mais cedo ou mais tarde, solapam as situações e conflitos sociais de uma sociedade ‘distribuidora de riqueza’ por uma sociedade ‘distribuidora’ de riscos” (BECK, 1998, p. 24)

Beck (1998) admite a existência de riscos específicos de classe. Tratar-se-iam de zonas de sobreposição entre sociedades de classes e sociedades de risco, em que as riquezas se acumulariam no estrato social superior, enquanto os riscos no estrato inferior. Nestes casos, em situações de risco, indivíduos mais capitalizados podem estar menos vulneráveis em virtude de poderem ‘comprar’ a seguridade e liberdade: escolhem o local de residência; estão mais qualificados educacionalmente; têm mais poder social ou; compram alimentos orgânicos.

Contudo, essas ‘fugas’ podem ocorrer apenas para alguns tipos de riscos e, à medida que se acentuam as situações de perigo, estas

saídas privadas e compensações se esgotam ao mesmo tempo em que são alastradas. Nas palavras de Beck (1998, p. 72), “a potencialização dos riscos, a impossibilidade de evitá-los, a abstinência política e a proclamação e a venda de possibilidades privadas de fuga se condicionam”. A contaminação do ar, o aquecimento global ou o acidente de Chernobil elucidam que os riscos atingem a todos, apresentando um efeito ‘igualador’ e tendência imanente à globalização. Além disto, destaca-se o efeito bumerang, isto é, mais cedo ou mais tarde, “(...) os efeitos secundários anteriormente latentes golpeiam também os centros que os produziram.” (Beck, 1998, p. 73), ameaçando a vida de seus genitores, o dinheiro, os direitos de propriedade e a legitimação, seja através da desvalorização, seja pela perda do espaço, território ou direito de propriedade.

Exposta a interpretação de Beck acerca dos conflitos entre distribuição de riqueza e riscos, é mister considerar algumas apreciações críticas. A primeira delas refere-se à análise de Rinkevicius (2000, 1999) sobre ‘sociedades de duplo-risco’. Segundo o autor, nos países em desenvolvimento ou em transição de uma situação de sociedade de classe para sociedade de risco, os conflitos pela distribuição da riqueza e riscos estão profundamente misturados, denotando uma condição muito mais complexa vis-à-vis as sociedades industrializadas que já atingiram certo nível de bem-estar social. Em virtude desta complexidade, esses países podem ser denominados ‘sociedades de duplo-risco’.

Esta argumentação, embora interessante e relevante, não adentra no que pode ser considerada a principal limitação de Beck quanto a esses conflitos sociais. Similarmente a Costa (2004), Guivant (2001) afirma que Beck, em sua principal obra, segue uma perspectiva linear e evolutiva entre a sociedade de classe e a sociedade de risco, desconsiderando que, no mundo globalizado, encontram-se sociedades que apresentam as duas características.

Para Guivant (2001), Beck procurou superar esta limitação em trabalhos posteriores, reconhecendo que seria exageradamente simplista afirmar que a ecologia ou a sociedade de risco teria suplantado a sociedade de classe, haja vista que ainda existem países menos industrializados em busca das vantagens da modernização simples. Assim, ao invés das questões de classe sucumbirem, na realidade, há uma sobreposição e agravamento mútuo de conflitos por distribuição de riqueza e riscos. O autor também tem considerado o fato de que os processos de modernização não são irreversíveis: as sociedades industriais seriam semi-modernas em virtude da

combinação de elementos modernos e contra-modernos, como o nazismo e industrialização de guerra. Por fim, Beck pondera que a globalização dos riscos não significa que todos estejam igualmente ameaçados já que a poluição segue os mais pobres.

Todavia, ainda segundo Guivant (2001), tais ‘revisões’ não superam a principal limitação: a compreensão do desenvolvimento como linear e evolutivo e uma idealização das sociedades ocidentais. Beck desconsidera as complexas combinações possíveis de desenvolvimento onde pobreza, processos de industrialização e diferentes conformações de Estado se imbricam em graus diversos, gerando sociedades híbridas, o que nada tem a ver com etapas, idade cronológica ou evolução. Também é mister desmitificar as sociedades ocidentais como imunes aos problemas da escassez. A pobreza não é exclusiva aos países não ocidentais, nem os países ocidentais deixam de ter suas regiões empobrecidas. “(...) as desigualdades de classe continuam existindo, apesar do enfraquecimento da classe social como sujeito histórico” (Guivant, 2001, p. 98).⁴ Goldblatt (1996, p.255), de modo mais enfático, chega a afirmar que “(...) não é evidente que os problemas de risco tenham chegado a exceder em peso os problemas de produção e consumo, ou que as situações de risco tenham passado a estar completamente desligadas das posições sociais.”⁵

2.4 A ‘liberdade’ e o custo de escrever a própria biografia

Para Beck (1998; 1997), a transição da sociedade industrial à sociedade de risco reconfigura a relação dos indivíduos com eles próprios e com a sociedade. Se no pré-moderno os indivíduos eram ‘libertos’ das

⁴Para Guivant (2000), o Brasil é um exemplo de sociedade que vive os problemas da escassez, onde a desigualdade social é acentuada, mas que, ao mesmo tempo, sofre as consequências de uma sociedade de risco, sem as mesmas manifestações em nível de reflexividade para determinados riscos observadas em outros países.

⁵ Por sua vez, Lash (1997) alude que há vencedores e perdedores da reflexividade, ratificando a permanência da desigualdade social. Segundo o autor, na modernidade industrial, as “oportunidades de vida” e a desigualdade de classe dependiam do acesso ao modo de produção, já na modernidade reflexiva estas dependem do seu lugar no “modo de informação”. “Na modernidade reflexiva, as oportunidades de vida são uma questão de acesso, não ao capital produtivo ou às estruturas da produção, mas, em vez disso, do acesso e do lugar nas novas estruturas de informação e comunicação” (Lash, 1997, p. 147). Para o autor, os perdedores da reflexividade são aqueles excluídos da sociedade da informação. “Os direitos de cidadania na modernidade simples, com seus traços de igualdade diante da lei, direitos políticos e sociais do Welfare state, foram transformados nos direitos de acesso da modernidade reflexiva às estruturas de informação e comunicação” (Lash, 1997, 161). A questão é que este direito não é assegurado a todos.

certezas feudais e religioso-transcendentais, na alta modernidade os indivíduos são libertos da sociedade industrial, e conduzidos à turbulência da sociedade de risco, onde convivem com uma variedade de riscos globais e pessoais. Se antes o que acontecia aos indivíduos era um ‘golpe do destino’ enviado por Deus ou pela natureza, agora os indivíduos são os responsáveis pelo seu próprio destino. Esse processo em que “os indivíduos devem produzir, representar e acomodar suas próprias biografias” é definido por Beck (1998; 1997) como ‘individualização’.

Segundo o autor, as fontes coletivas e específicas de grupo da sociedade industrial estariam desencantando, exaurindo e desintegrando-se, e as perdas imporiam todo esforço de definição sobre os indivíduos. Outrora, questões que atingiam os indivíduos (oportunidades, ameaças, indecisões) podiam ser superadas ou minimizadas no grupo familiar, comunidade ou classe social, todavia, hodiernamente devem ser progressivamente percebidas, interpretadas e resolvidas pelos próprios indivíduos que se convertem na unidade reprodutiva vital do social.

Isto não se dá por acaso e voluntariamente. Ocorre com e sob as condições do Estado de Bem-estar Social, desenvolvido na década de 1960 nos países ocidentais industrializados. Beck (1998) observou que, durante esse período, na Alemanha, o desenvolvimento da estrutura social apresentou ‘o efeito ascensor’: a ‘sociedade de classe’ foi movida a um grau mais elevado. Embora a desigualdade tenha permanecido, ocorreu um ‘plus coletivo’ de dinheiro, educação, consumo etc., para alterar radicalmente as condições de vida e reduzirem-se ou eliminarem-se as identidades às classes sociais. Ademais, o Estado de Bem-estar Social tornou o indivíduo apenas um detentor de direitos e deveres, implicando em participar da força de trabalho, qualificação profissional e mobilidade social.⁶

Na sociedade individualizada, surgem novas formas de riscos pessoais e novas culpabilizações, culminando numa sobrecarga: as circunstâncias passam a ser interpretadas como ‘fracasso pessoal’, mesmo aquelas que não se teria culpa. Dizem respeito desde ao universo específico do indivíduo (divórcio, por exemplo) até aquelas que ocorrem distante ou que atingem o mundo todo (catástrofes naturais).

⁶ É importante mencionar que “precisamente os meios que conduzem a individualização determinam, por sua vez, uma padronização.” (Beck, 1998, p. 166). O indivíduo rompe com os laços tradicionais e formas sociais, mas as troca pelas constrições do mercado de trabalho e de consumo e pelas padronizações e controles implícitos a estes.

Como afirma Beck (1998), cada indivíduo aprende os inconvenientes a partir do fracasso e concebe a si mesmo como o centro de ação.

Para Costa (2004), a principal contribuição de Beck no debate sobre individualização concerne à compreensão dos processos situados na interseção entre as restrições sistêmicas e as possibilidades abertas, no plano subjetivo, pelo processo de individualização.

[...] nenhum outro sociólogo descreveu com ênfase comparável a tensão irreduzível entre os horizontes emancipatórios à disposição do indivíduo contemporâneo e os riscos associados a esta liberdade. Beck mostra como, na sociedade de risco, o indivíduo perde sua inocência. Ele aprende a associar cada gesto cotidiano e a cada escolha de consumo uma cadeia de reações, que torna qualquer passo pleno de conseqüências para o indivíduo, para o conjunto da sociedade e para as gerações que o sucederão. (Costa, 2007, p.77).

Uma crítica que pode ser dirigida a Beck, neste aspecto, diz respeito ao fato de que, similarmente ao apontado em outras seções, as considerações do autor partem de um universo social específico, com uma dinâmica particular de desenvolvimento, ou, como afirma Bruseke (1997), de uma sociologia territorializada. Assim, caberia indagar como teria ocorrido o processo de individualização em sociedades que não seguiram o Estado de bem-estar social. Também, sabendo-se que o Estado de bem-estar social foi enfraquecido com a emergência do neoliberalismo em grande parte do mundo a partir da década de 1980, seria relevante investigar que mudanças podem ter ocorrido com o processo de individualização neste período. Conjectura-se que as conseqüências do neoliberalismo, sobretudo nos países periféricos e semiperiféricos (desemprego, pobreza, aumento das desigualdades sociais) podem ter confluído para um retorno das organizações de grupos sociais e refortalecimento das identidades e vinculações a estas, onde o indivíduo constrói sua biografia junto com as dos demais (a exemplo do Fórum Social Mundial). De modo mais enfático, Lash (1997, p. 136) afirma que ainda não se produziu o fim-da-história em direção ao 'eu' da democracia do mercado, "em vez disso, temos testemunhado ao mesmo tempo – e talvez mais que nunca – uma vingança do 'nós' reprimido da purificação étnica, dos skinheads neonazistas da Alemanha Oriental e da fragmentação nacionalista da ex-União Soviética."

2.5 Subpolítica: a reinvenção da política

Poder-se-ia pensar que com a crise da sociedade industrial e suas instituições e a emergência da sociedade de risco, com as suas incertezas e individualização, estar-se-ia assistindo a morte do político. Porém, o que se evidencia é que “(...) a constelação política da sociedade industrial está se tornando não política, enquanto o que era não político no industrialismo está se tornando político” (BECK, 1997, p. 30). Na realidade, trata-se de uma ‘(re)invenção do político’, denominada ‘subpolítica’ (BECK (1998; 1997)).

Enquanto política, diz respeito ao sistema político oficial (Estado, partidos políticos etc.) visto de cima, subpolítica significa olhar e moldar a partir de baixo. Significa permitir que atores (como movimentos sociais, grupos profissionais, intelligentsia técnica e os próprios indivíduos) que são outsiders da primeira esfera tenham voz, apareçam e participem do planejamento social. “Por um lado, está se desenvolvendo um vazio político das instituições; por outro, um renascimento não institucional do político. O sujeito individual retorna às instituições da sociedade” (BECK, 1997, p. 28). O que poderia significar uma ‘retirada não política à vida privada’ pode representar uma nova dimensão do político.

Na sociedade de risco ocorre que muitas das decisões das administrações envolvendo possibilidades de risco (instalações indústrias químicas, nucleares, transformação genética etc.) encontram resistência de determinados grupos sociais. O que sistemas peritos planejam como benefícios, grupos interpretam como malefícios. Na realidade, o que se encontra entre leigos e peritos, é uma pluralidade de racionalidades na forma de lidar com os riscos, para a qual, Beck propõe a criação de fóruns de negociação.

Nos fóruns deve ser abolido o modelo de racionalidade instrumental não ambígua. Deve-se buscar a desmonopolização da especialização, a informalização da jurisdição, a abertura da estrutura de tomada de decisão, a criação de um caráter público parcial, a auto-legislação e auto-obrigação. Esses fóruns não necessariamente buscariam consenso, contudo poderiam estimular prevenção e precaução, integrando as ambivalências e revelando vencedores e perdedores. Assim, torna-se o assunto público e melhoram-se as condições à ação política.

Guivant (2001) identifica nos fóruns de negociação um importante traço democratizante na obra de Beck ao conceber a população (vítima) como agente ativo na subpolítica e defender que essa possa participar

da decisão dos riscos que quer correr. Todavia, a autora também aponta alguns limites: Beck não deixa claro o conceito de público que utiliza, permanece, então, como sinônimo de povo soberano e toma leigos e peritos como categorias divergentes e opostas, portanto, a tendência é a de enfatizar e pressupor ‘uma cega confiança’ no público, que seria homogêneo e ‘incontaminado’ pelas influências dos peritos.

Para a autora, nem leigos, nem peritos se opõem entre si como blocos homogêneos e, em vários momentos e espaços, podem formar alianças. Nas suas palavras, “(...) a teoria da sociedade global de risco não permite entender as complexas alianças que se estabelecem no plano internacional [caso dos transgênicos] entre diversos atores e instituições, articulações entre representantes de subpolíticas e de políticas diante de um mesmo risco” (GUIVANT, 2001, p. 107). Assim, “As soluções propostas permanecem num plano de alta generalidade e, portanto, mais parecem próximas da utopia do que de uma viável reinvenção da política” (GUIVANT, 2001, p. 105). Para a autora, trata-se de uma espécie de mito da democracia popular.

Outra crítica dirigida à noção de subpolítica diz respeito à supressão da política ‘tradicional’. Primeiro, como afirma Goldblatt (1996), a crise do Estado e de suas instituições não é um fenômeno ligado estritamente e diretamente a sociedade de risco, havendo outros motivos que favoreceram tais mudanças (globalização da economia mundial, transformação dos modelos de finanças, emergência de políticas inter-regiões etc). “Provavelmente, seria uma justificação mais convincente atribuir o declínio da legitimidade ao fracasso dos governos do Ocidente nos seus esforços para deter o aumento do desemprego em termos estruturais e para acompanhar o processo de polarização social e geográfica” (GOLDBLATT, 1996, p.266). Segundo, embora muitos grupos de pressão, associações de consumidores, associações ecológicas dentre outros tiveram uma ação importante na colocação de assuntos na esfera pública e na sua respectiva solução/minimização, muitas vezes não o fizeram de forma isolada, sem determinado tipo de apoio dos atores e das instituições da política corrente.

2.6 Críticas à análise técnica dos riscos

Segundo Guivant (2000, 1998), a partir dos anos 1960 começaram a ser desenvolvidos estudos técnicos e quantitativos para avaliação de riscos. Nesses estudos, o risco é considerado um evento adverso, uma atividade, um atributo físico, com determinadas probabilidades objetivas de provocar danos, os quais são submetidos a níveis de

aceitabilidade que permitem definir padrões. Já nas décadas seguintes emergiram diversas críticas em relação a esses métodos (GUIVANT, 1998). Uma das primeiras críticas foi elaborada por Mary Douglas, que estabeleceu as bases do que ficou conhecido como ‘teoria cultural dos riscos’, a qual concebe os indivíduos como organizadores ativos de suas percepções, impondo seus próprios significados aos fenômenos. Para Douglas e Wildavsky (1982), a compreensão que os indivíduos têm dos riscos relaciona-se com as instituições escolhidas por esses e o modo como querem viver. Os indivíduos selecionariam determinados riscos como importantes a partir do papel destes riscos no reforço da solidariedade social das instituições que pertencem.

Beck compartilha com Douglas essa crítica e afirma que a não aceitação de uma definição científica de risco não significa irracionalidade da população, pelo contrário, indica que a premissa da aceitabilidade cultural da qual parte a análise científica é que está errada (BECK, 1998). Para o autor, as análises técnicas desconsideram os fatores sociais como elementos que interferem na sensibilidade dos indivíduos sobre os riscos ou, em outras palavras, tomam os seres humanos somente como aparato orgânico. Nas definições de risco, pretensões, interesses e pontos de vista conflitantes dos diversos atores da modernização e grupos afetados são obrigados a ir junto com as análises de causa e efeito, culpado e vítima.

Segundo Beck, os riscos não podem ser solucionados com mais modernidade ou com conhecimentos científicos equivalentes aos que os ocasionam. Devem-se abrir o diálogo e o processo decisório, reconhecer a ambiguidade e ambivalência dos processos sociais, sem se preocupar com soluções definitivas. Neste sentido, a subpolítica ganha espaço.

3. RISCOS ALIMENTARES E PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO NA AGRICULTURA FAMILIAR

À luz da discussão anterior sobre a emergência da ‘Sociedade de Risco’, nesta seção, focaliza-se a questão dos riscos alimentares. Interessa perceber, especificadamente, o modo como a produção para autoconsumo na agricultura familiar pode se constituir como estratégia de minimização dos riscos alimentares decorrentes, sobretudo, do uso de agrotóxicos e insumos químicos no processo produtivo e do consumo de alimentos que tiveram acréscimos ‘desconhecidos’ (aditivos, conservantes etc) em sua composição. De imediato, é relevante contextualizar brevemente tal prática.

Como mencionado na introdução, produção para autoconsumo refere-se àquela produção alimentar realizada pela família e destinada ao seu próprio consumo.⁷ Trata-se de uma prática recorrente entre os agricultores familiares, presente nos 238 estabelecimentos pesquisados. A grande maioria dos agricultores preza por possuir horta (presente em 92,1% dos estabelecimentos), pomar (89,9%) e transformação caseira (93,3%). Além desses, pelo menos um tipo de alimento proveniente de criação animal (galinha caipira, suínos, bovinos etc.) e da lavoura (feijão, mandioca, batata-doce etc.) destinado ao autoconsumo foi encontrado em todos os casos. Trata-se de uma gama diversa de alimentos: galinhas, porcos, bovinos, ovos, leite, mandioca, batata-doce, batata inglesa, açúcar mascavo, biscoitos, frutas e hortaliças são alguns exemplos, como pode ser notado no depoimento de um agricultor reproduzido abaixo.

Olha, nós aqui, tudo o que nós plantemos é pro nosso gasto... Não compramos quase nada: frango nós criamos, queijo nós fizemos. Estes produtos pra comida, muito pouco, nós compramos. Açúcar, este mascavo, se faz aqui. Se olha de poupar o quanto mais dá. Batata, aipim... E sabe, este negócio, dá pros filhos também. Ela [esposa] gosta barbaridade, leva pras filhas, leva uma galinha já pronta, limpa (...). Temos vaca pra tirar leite, fizemos nosso queijo. Estas coisas, galinha, peru, pato, eu tenho. Peru, eu tenho duas chocas chocando. Isto aqui é ovos de peru, vou por tudo chocar. **E estes bichinhos ali, criado a milho, não tem nada de ração. A carne de uma galinha destas aí, fazer um brodo⁸ fica bom...** (Entrevista 29, V).

Para ilustrar a importância econômica da produção para autoconsumo apresentam-se as Tabelas 01 e 02. A primeira revela os valores monetários brutos anuais da produção para autoconsumo, diferenciados quanto à origem e ao total⁹. Verifica-se que se trata de

⁷ Alguns autores consideram autoconsumo qualquer produção realizada pela família e destinada ao seu próprio consumo (Leite, 2004; Garcia Filho, 1999). Dado o enfoque deste artigo, será considerada somente a produção alimentar.

⁸ Caldo típico italiano feito somente com galinha caipira. Ferve-se a galinha em água e adiciona-se sal e temperos.

⁹ Para calcular o valor monetário do autoconsumo foi atribuído o preço de venda aos alimentos, ou seja, o preço caso os agricultores vendessem estes produtos. Diferenciados quanto à origem animal e vegetal, multiplicou-se a quantidade consumida de alimentos pelo preço de venda, obtendo-se o produto bruto de autoconsumo animal e vegetal. A não atribuição do preço de compra, como procede a Garcia Jr. (1989), deve-se a duas razões. Inicialmente, de acordo com Sacco dos Anjos et al. (2004), há uma grande variação de preços de compra e esta disparidade se potencializa quando se trata de municípios distintos e distantes geograficamente,

valores expressivos: R\$ 4.308,08 em Veranópolis, R\$ 2.161,05 em Morro Redondo, R\$ 4.223,88 em Salvador das Missões e em Três Palmeiras, R\$ 3.026,02. Chama-se atenção para o fato de Morro Redondo apresentar um produto bruto de autoconsumo total correspondente a 50,16% do valor produzido em Veranópolis. Comparativamente aos demais municípios, é notável a diminuição do autoconsumo em Morro Redondo. Vários fatores contribuem para este resultado, mas cabe destacar, no caso desse município, os efeitos de uma crise de perspectivas relacionadas à produção agrícola¹⁰ e mesmo às possibilidades de trabalho e renda fora da agricultura. Crise que afeta também a esfera da produção de alimentos para o próprio consumo, haja vista o desestímulo das famílias em continuar a produção agrícola.

Tabela 01 Produto bruto de autoconsumo animal, vegetal e total (valor médio anual em R\$) nos estabelecimentos pesquisados

Município	Produto Bruto do Autoconsumo médio anual em Reais (R\$) e porcentagem				
	Vegetal		Animal		Total
	R\$	%	R\$	%	
Veranópolis	2.414,17	56,04	1.894,31	43,96	4.308,08
Morro Redondo	1.081,39	50,04	1.079,66	49,96	2.161,05
Salvador das Missões	2.026,01	47,97	2.197,87	52,03	4.223,88
Três Palmeiras	1.425,48	47,11	1.600,00	52,89	3.026,02
Total	1.736,76	50,63	1.692,96	49,37	3.430,02

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL/CNPq (2003).

Na Tabela 02 é apresentada a proporção do autoconsumo sobre o produto bruto total do estabelecimento e sobre a renda total. Evidencia-se que, em média, 28,88% do produto bruto total e 27,24% da renda total são resultantes da produção para o autoconsumo, os quais contribuem significativamente para a condição econômica das famílias. Em Três Palmeiras e Morro Redondo, casos mais expressivos, as

caso desta pesquisa. Segundo, a pesquisa – Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL/CNPq (2003) - a qual se insere este trabalho tinha o objetivo de identificar as diferentes fontes de renda das unidades familiares e, assim, se utilizado o preço de compra estar-se-ia superestimando a proporção do autoconsumo sobre e a própria renda total das famílias.

¹⁰ Morro Redondo já foi um grande produtor de hortifrutigranjeiros, contudo, com a abertura do mercado brasileiro às importações de produtos da Grécia, Taiwan e Chile na década de 1990, houve um grande declínio na produção e as unidades familiares sentiram-se desestimuladas a continuar produzindo. Fatores recentes, como custo de produção e problemas climáticos, também contribuíram (Cortez, 2006).

unidades familiares deixam de gastar, respectivamente, 38,34 % e 32,01% da renda total anual com a aquisição de alimentos nos mercados. Cabe considerar ainda para esses municípios, que a proporção da produção no produto bruto total (31,80% e 25,50%, respectivamente) é inferior àquela referente à renda total (38,34% e 32,01%, sucessivamente), demonstrando que, descontados os custos de produção e somadas as outras rendas possíveis, a importância do autoconsumo é acentuada. Em Salvador das Missões e Veranópolis, as porcentagens em relação à renda total anual são menores, resultado do fato dessa ser mais elevada vis-à-vis os demais municípios, diluindo a importância relativa do autoconsumo.

Tabela 02 Proporção do produto bruto de autoconsumo total sobre o produto bruto total e a renda total anual nos estabelecimentos pesquisados

Município	Proporção do produto bruto do autoconsumo (%) sobre	
	Produto Bruto Total anual	Renda Total Anual
Veranópolis	29,39	21,87
Morro Redondo	25,50	32,01
Salvador das Missões	28,82	16,73
Três Palmeiras	31,80	38,34

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPel/CNPq (2003).

A produção para autoconsumo se faz presente principalmente por proporcionar uma alimentação ‘mais natural’, compreendida pelos agricultores como ‘sem veneno’, e pela sua importância econômica: ‘porque, se não, a gente tem que comprar’ (Entrevista 30, V). Há a percepção de que se produzir para o consumo familiar é uma forma de economizar recursos financeiros e uma importante fonte de segurança alimentar¹¹, sobretudo pela qualidade dos alimentos ao atenuarem os

¹¹ Segurança alimentar é compreendida como “(...) a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como bases práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (CONSEA, 2004). Fica evidente que segurança alimentar é uma noção mais ampla do que o fornecimento de alimentos com qualidade sanitária e que não sejam fonte de risco para os consumidores. Todavia, neste trabalho, quando mencionada a segurança alimentar, estar-se-á enfatizando, sobretudo esta dimensão.

riscos alimentares. Ademais, as unidades familiares mantêm o autoconsumo como uma atividade que dá prazer e porque “estar na colônia e não ter uma galinha pra fazer sopa é brabo” (Entrevista 34, V), ou seja, isto faz parte do dia-a-dia das unidades familiares, do ‘ethos de colono’¹² (Tedesco, 1999; Seyferth, 1974): “a gente está na colônia, tem que criar estas coisas” (Entrevista 20, TP).

A produção para autoconsumo como resposta aos riscos alimentares dá-se em dois sentidos: por um lado, as unidades familiares preferem produzir seus alimentos ao invés de comprá-los em virtude de que assim “a gente sabe o quê come” e, por outro, ao produzirem seus alimentos, geralmente, as famílias não utilizam agrotóxicos ou outros produtos químicos que possam apresentar risco à saúde.

Quanto ao primeiro, a insegurança derivada do desconhecimento da composição dos alimentos que estão disponíveis nos mercados ou de como esses foram produzidos, processados ou armazenados, leva o agricultor a produzir a alimentação da própria família, porque “daí a gente sabe o que é, de onde vem e tudo” (Entrevista 20, TP). Esta desconfiança está presente em relação a vários alimentos. Contudo, dois foram mais destacados, quais sejam, os enlatados e as carnes, como observa-se nos depoimentos abaixo. É interessante notar que no estudo de Menasche (2003) sobre as percepções contemporâneas sobre biotecnologia, natureza e alimentação, a carne, sobretudo a de frango, também foi um dos principais objetos de ansiedade e preocupação.

Mantendo a produção pro teu consumo, tu ‘sabe’ o que está comendo. Já quando tu ‘compra’, tu não ‘sabe’ o que está consumindo. Por exemplo, em relação ao milho verde: nós sempre guardamos bastante no congelador, se tu quer fazer uma lasanha, hum... dá aquele sabor. Agora, no momento que tu compra uma latinha, tu não sabe o que está comendo... Ervilha também a gente gosta de guardar... A gente vê nos mercados, quanta gente que compra, os colonos mesmo, **essas latinhas cheias de conservantes**. (Entrevista 14, SM).

Tu produzindo, fazendo chimia, doce de uva, de ameixa, qualquer coisa, tu sabe o que tu esta comendo. Agora, comprar no supermercado, tu não sabe. Estas fábricas não selecionam bem a fruta. Por exemplo, o morango, se vai um morango que tem

¹² Segundo Tedesco (1999, p. 20), ethos de colono pode ser entendido como “[...] as noções de incorporação, de sistemas que caracterizam formas de vida, estilos de ação, disposições (morais, estéticas e culturais), quadros de referência e condutas; todas elas em dinamismo/confronto com processos sociais e visões de mundo”.

bicho, tu pode saber que, aquilo ali está junto no pote, pode ter certeza. (Entrevista 44, MR).

Não adianta tu comprar as coisas, tu não sabe o que tu come. Criação cheio de berne ou doente, daí morrem, daí vendem no mercado e o pessoal come e nem sabe o que estão comendo. Eu não sou assim, eu engordo uns bichinhos ali. Um gado sempre tenho, estou com o freezer cheio. Galinha, porco, sempre tem. (Entrevista 24, TP).

(...) porque tu vai comprar e tu não sabe nem o que tu ta comendo, por isso é que nós gostamos de nós mesmos criar, desde o porco. Nós sempre engordamos um, carneamos aquele e depois vem outro, compra outro pequeno e cria de novo (Entrevista 06, SM).

Para a maioria das unidades familiares, mesmo que o preço dos produtos nos mercados seja compensador, é preferível continuar produzindo para autoconsumo, seja por uma questão cultural e identitária – “quando é pro gasto tem que plantar e pronto. Se der bem, se der mal, não tem nada” (Entrevista 20, TP) -, seja pela “economização”¹³ – “se era pra nós comprar tudo no mercado, daí nós não íamos comer o que nós comemos, ia comer bem menos.” (Entrevista 18, SM) – ou, notadamente, por uma questão de segurança alimentar, reduzindo a exposição os riscos alimentares. O conhecimento de como o alimento foi produzido e de suas qualidades, mormente sanitárias, são fatores que compensam o plantio/criação, mesmo que com custo mais elevado. Fica evidente aqui a reflexividade anteriormente discutida.

Estes dias a gente estava fazendo [um cálculo] dos frangos que a gente cria, dos brancos, daí a gente viu que se fosse ver mesmo, acho que vale mais a pena ir comprar, porque gasta bastante entre ração e mão-de-obra pra cuidar, tem que estar sempre... desde comprar eles até eles estarem no porte de matar. Isto aí nós estávamos fazendo as contas. Acho que se torna mais barato ir comprar, fosse botar tudo na pontinha da caneta. **Pesquisador: Vão deixar de produzir?** Acho que não porque é mais gostosa e se sabe do jeito que está criando. É bem mais gostosa a carne que a comprada, **a carne é mais firme.** (Entrevista 21, TP).

¹³ Economização refere-se ao aproveitamento do tempo e da força de trabalho ociosos do estabelecimento, produzidos para o consumo familiar e, também, ao fato de, ao produzir seus próprios alimentos, a unidade familiar deixa de gastar recursos monetários com a compra destes nos supermercados (LOVISOLO, 1989).

Esta compreensão é menos evidente no caso de Morro Redondo. Nesta localidade, muitas famílias preferem comprar sua alimentação ao invés de produzi-la em virtude dos custos de produção, sazonalidade, trabalho envolvido e o preço dos alimentos (de compra e venda). É importante considerar também que se trata de um município onde a pobreza é mais acentuada vis-à-vis os demais. Ao dispor de menor capital, as unidades familiares tendem a concentrar os esforços em culturas agrícolas ou atividades que proporcionem maior retorno econômico no tempo e por mão-de-obra empregada, fazendo frente às necessidades que emanam (GRISA, 2007). Trata-se de uma estratégia para maximizarem-se os recursos disponíveis. As unidades familiares afirmam que “(...) é mais vantagem comprar. O que tem nos mercados está mais barato que a nossa produção. É mais fácil comprar do que produzir. Compró lá em Morro Redondo [cidade], as verduras são baratas, repolho também” (Entrevista 39, MR). Mesmo demonstrando certa preocupação de que a origem do produto seja ‘familiar’ – de um parente ou um colono que produziu ‘pro gasto’ e vendeu a ‘sobra’ (como no depoimento abaixo) – há o entendimento de que, de qualquer modo, a exposição aos riscos alimentares é inevitável, portanto, não faz diferença produzir ou comprar os alimentos. Percebe-se, deste modo, que, em Morro Redondo, a problemática socioeconômica e a pobreza local sobressaem-se em relação à problemática dos riscos alimentares. Este município pode ser considerado um caso de sociedade de duplo-risco, pois, mesmo que a reflexividade dos atores sociais seja ainda incipiente em relação a esses riscos (o que, por sua vez, depende que se criem condições para tal), os riscos alimentares são reconhecidos, embora não sejam constrangidos ou evitados.

Minha filha que mora na colônia veio ontem e me deu alface e beterraba. Isto está limpo, **não tem química, é sem agrotóxicos**. Eu comprei batata, vinte reais o saco, **mas também sem agrotóxicos**. O feijão também não tem, comprei de um colono que plantou pro gasto e sobrou um pouco. **Mas, não adianta mais se preocupar: o arroz tem veneno, o café tem veneno e outros produtos**. A carne que tu compra no matador, o alemão diz assim *schweinarei* [porcaria]. O frango de aviário, eu não compro mais e nem como. Aquilo é a pior coisa que a pessoa está comendo. Eu pego a carne em um açougue conhecido em Morro Redondo, é carne de animal da campanha. Não é o precoce, criam na mangueira só com silagem (Entrevista 34, MR).

Não obstante à particularidade de Morro Redondo, em termos gerais, ‘saber’ o que está consumindo é uma das principais

justificativas à existência do autoconsumo. Os alimentos comprados parecem não ser confiáveis, mesmo adotando medidas profiláticas como lavar e descascar. Como observou Menasche (2003), muitos consumidores, ao chegarem em casa com os produtos do mercado, seguem medidas de precaução ou para minimizarem-se os riscos alimentares, como a lavagem de produtos e embalagens. Por sua vez, o depoimento de uma agricultora de Veranópolis ressalta a ineficácia desta atitude: “(...) a nutricionista disse que era pra comer maçã. Uns vinte dias atrás, comprei. Me deu uma coisa embaixo da língua, uma ardência, eu disse: esta maçã tem veneno! **E eu tinha lavado e descascado. Mas, então a gente tinha que ter em casa, sem veneno.**” (Entrevista 28, V).

Ao produzir para o autoconsumo, as unidades familiares procuram produzir alimentos isentos de agrotóxicos e outros produtos químicos, garantindo a qualidade e a sanidade, ou, quando imprescindível, procura-se usar o mínimo necessário e respeitar as normas de segurança, sobretudo o tempo de carência (intervalo de tempo necessário entre a aplicação do produto e o consumo do alimento).¹⁴ A produção da horta é exaltada como uma produção limpa, ecológica e saudável, e por isto justifica-se sua existência. “A horta, a gente já tem mais por causa dos agrotóxicos. A gente planta estas coisas assim, a gente colhe e sabe o que come. É mais limpo, bem mais saudável” (Entrevista 05, SM). A mesma fundamentação é dirigida ao pomar, com a ressalva de que “o gosto é bem melhor quando tu pode colher no pé. Eu acho que é bem mais saboroso. Daí tu sempre escolhe um pouco” (Entrevista 07, SM). Algo semelhante ocorre com os alimentos oriundos da lavoura. Já em relação à criação de animais para autoconsumo, ressalta-se que a carne desses, além de proporcionar uma alimentação com mais qualidade sanitária comparada com a comprada, é mais gostosa e mais ‘firme’.

Sim, porque o que é consumido aqui é sem veneno e se tu vai comprar no mercado... esses venenos caríssimos que largam aqui por cima. Até o [nome], ele outro dia estava falando que eles foram para São Luiz Gonzaga ver uma plantação de tomate. O cara lá disse - eu só como do meu tomate depois de 15 dias porque eu passo veneno todos os dias. **E, então, de onde vem estes câncer e estas coisas assim? Sabe, eu acho que tudo**

¹⁴ Neste sentido, é ilustrativo o depoimento de um agricultor que afirma que pelo menos ele tem controle sobre a quantidade de agrotóxico aplicada no alimento: “(...) porque, assim, eu sei o quanto de veneno eu vou botar e quando tu compra, tu não sabe a quantidade de veneno que eles colocaram” (Entrevista 32, V).

isto ali influencia na questão da saúde. Estes venenos estão poluindo o ar, poluem a nossa água; eles poluem as vertentes e tudo que não presta surge dali... (Entrevista 07, SM).

A gente produz isto porque ao menos a gente sabe. As galinhas, a gente sabe com o que a gente trata. O porquinho também: não toma remédio, antibiótico, estas coisas. Ração pronta, a gente não compra. Só milho e farelo de soja e farelo de trigo e os restos da cozinha, isto a gente dá pra eles. **Então a gente sabe que estes porcos e estas galinhas que a gente trata, comem coisas naturais, que não tem remédio, não tem veneno** (Entrevista 09, SM).

Para a produção de alimentos da horta, pomar e lavoura, além do uso do esterco animal, utilizam-se cinzas, restos de alimentos, ‘terra e folhas do mato’ e outros materiais que não afetam a salubridade.¹⁵ Quando há infestações de pragas ou doenças, procuram-se formas alternativas de controle: “ao invés de passar veneno, tu pega xixi de vaca que não contamina a gente. Tem fumo, dá pra amassar em água, deixar de um dia para o outro e depois passar, calda bordalesa...” (Entrevista 18, SM). Os animais também têm manejo diferenciado, seja na alimentação, seja no tempo de criação. Muitas famílias, por exemplo, adquirem frangos de corte para o consumo familiar quando ainda pintinhos e geralmente os alimentam com alimentação proveniente do próprio estabelecimento (milho e farelos). Ainda expandem o período de criação para além daquele originalmente utilizado em aviários (45 dias), garantindo qualidade e o sabor da carne, “é bem mais gostosa que a comprada” (Entrevista 21, TP).

Há notadamente uma diferenciação de manejos e cuidados entre a produção para autoconsumo e a produção comercial. Enquanto naquela são tomadas precauções quanto ao uso de agrotóxicos e outros produtos químicos, nesta, a mesma preocupação é praticamente ausente. Nos cultivos comerciais o que prevalece é a produtividade e, portanto, faz-se o necessário para que essa não seja afetada, bem como seu rendimento monetário: aplicam-se agrotóxicos, fertilizantes químicos, inseticidas, herbicidas etc. Mais que isto, há a percepção,

¹⁵ Por exemplo, segundo o depoimento de um agricultor de Três Palmeiras: “Utilizamos esterco do aviário e deixamos, assim, o esterco no mínimo uns vinte e cinco centímetros longe da batatinha, no plantio. A gente enverga, daí despeja adubo meio a vontade e depois cinza, cinza dos fornos de lá do aviário do aquecimento dos frangos. A gente vai ensacando e guardando e depois despeja cinza. Por que a cinza? Ela não deixa criar aquele bichinho que depois vai comer a batatinha, deixa ela toda furadinha. Batata doce se planta da mesma forma (Entrevista 25, TP).

conforme Menasche (2004), de que esta produção não se viabiliza sem a aplicação de agrotóxicos. Segundo Rosenstein et al. (2007), os agricultores fazem o possível para não perderem a produção, mesmo que para isto seja necessário desrespeitar as orientações de manuseio (direção e velocidade do vento, horário, temperatura ou umidade) e prevenção (os equipamentos de proteção individual – EPIs) na aplicação de tais produtos.¹⁶

O quê poderia explicar as diferentes representações de riscos para os mesmos elementos (os agrotóxicos)? Por que os agricultores percebem os riscos dos agrotóxicos na alimentação e não percebem os riscos ao manusearem os mesmos nos cultivos comerciais? A resposta pode estar situada na relação entre o objetivo dos cultivos (venda ou autoconsumo) e a divisão sexual do trabalho na unidade familiar. Como sugerem Menasche (2003) e Guivant (1994), as áreas de lavoura dedicadas aos cultivos comerciais são espaços de controle eminentemente masculino e as áreas de produção, destinadas ao consumo familiar, são de domínio feminino. Segundo o depoimento, “Nós [pai e filho] cuidamos da lavoura, do aviário, das vacas, e ela [esposa] cuida da casa, das plantas, das miudezas pro consumo e ajuda também nas vacas de leite.” (Entrevista 25, TP). Em muitas famílias, quando arguidos sobre o tema, respondiam “(...) é tudo junto, eu [esposa] ajudo no leite, ele [marido] me ajuda na horta” (Entrevista 36, MR). Embora os homens ‘ajudem’ na produção para autoconsumo e as mulheres ‘ajudem’ na roça, fica evidente uma divisão sexual em relação à coordenação das atividades.

Guivant (1994) e Menasche (2003) evidenciaram que a exposição aos agrotóxicos com o mínimo de cuidados, sem sofrer, pelo menos imediatamente, intoxicação ou qualquer outro problema de saúde, ou ainda, omitir a existência e suscetibilidade ao risco, está relacionada à masculinidade dos envolvidos. Nas palavras de Guivant (1994, p.10),

Ser homem exige, além da resistência intrínseca, que o agricultor não tenha medo frente ao possível risco. Ser forte é ser resistente à contaminação e não ter medo frente a algum perigo. O medo é um sentimento negado coletivamente, rejeitado, e isto se constitui numa forte pressão no modo de enfrentar-se o risco.

¹⁶ No estudo realizado por Rosenstein et al. (2007), a maioria dos agricultores afirmou não usar os EPIs. O desconforto é a principal justificativa. Ilustrando, os agricultores afirmam que não estão “acostumados a andar disfarçados de astronautas” e se tivessem que respeitar todas as recomendações não poderiam aplicar nem inseticidas, nem herbicidas, ou qualquer agrotóxicos, por conta da quantidade de restrições e recomendações. Guivant (1994) e Menasche (2003) indicam resultados semelhantes.

Quem usa equipamento de proteção, portanto, deve ater-se a zombarias diversas, que o colocam como 'afeminado', 'pouco homem', 'medroso'. E, como há uma alta visibilidade entre as propriedades, isto possibilita um forte controle social entre os vizinhos.

Na horta e no local da produção dos demais alimentos para autoconsumo não são aplicados 'venenos' e outros produtos químicos, pois, como são espaços femininos, a suscetibilidade aos riscos pode ficar evidente. Segundo Menasche (2004), além de tanto mulheres como homens compreenderem que pelo menos a alimentação deve estar isenta de perigos, há a percepção de que o uso e o contato com agrotóxicos podem comprometer a fertilidade e a reprodução da família, analogamente à perda de frutificação das espécies vegetais. É comum o atrelamento do uso de agrotóxicos com o arrefecimento da produção ou morte de plantas, sobretudo espécies frutíferas, situadas no entorno da produção comercial.

As percepções de riscos alimentares são formadas a partir de vários canais, como os meios de comunicação e sistemas peritos (médicos, nutricionistas, extensionistas rurais etc). Se algum tempo atrás, os extensionistas rurais foram os principais responsáveis pela adoção dos agrotóxicos e insumos químicos, intensificação da produção de commodities e redução da produção para autoconsumo (vista como sinônimo de atraso), atualmente alguns modificaram seu discurso em nome da segurança alimentar das unidades familiares, como expresso no depoimento abaixo de um extensionista rural:

Bem, é uma questão de segurança alimentar: você comendo um produto que você soube cultivar, que sabe de onde vem... Não é apenas uma questão econômica, mas de segurança alimentar, de alimento sadio, de alimentos frescos, não contaminados. Hoje a gente vê muito mais sobre este aspecto, de um alimento que tem origem, diferentemente do que tu 'compra' no mercado. Não é tanto o aspecto econômico, mas pela sua origem, qualidade (Entrevista 26, V).

Contudo, para que o discurso desses seja mais eficiente e tenha expressão também na esfera dos cultivos comerciais, é necessário que os extensionistas rurais (e os peritos de modo geral) compreendam as diferentes percepções culturais de risco e as diferentes dimensões envolvidas na definição dos riscos, como advoga Mary Douglas (1982).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se neste trabalho, em um primeiro momento, debater criticamente a narrativa da ‘Sociedade de Risco’ proposta por Ulrich Beck. Pôde-se observar que a principal crítica dirigida ao autor refere-se a sua compreensão dos processos sociais de modo linear e evolucionista, tomando como referência a realidade e os processos ocorridos em sociedades com dinâmicas específicas de desenvolvimento, caso da Alemanha. No seu entendimento, a sociedade industrial seria um estágio inferior ao desenvolvimento, sucedida pela sociedade de risco, na qual a modernização reflexiva vem à tona. Esta linearidade está presente em vários momentos de sua obra, como na análise da modernização reflexiva e na análise entre os conflitos de distribuição de ‘bens’ e ‘malefícios’. Neste sentido, o autor falha em compreender que, muito longe da linearidade e do evolucionismo, existem complexas combinações de desenvolvimento, onde riscos e pobreza mesclam-se em graus distintos, conformando sociedades com dinâmicas particulares.

Contudo, estas críticas não invalidam a contribuição de Beck à teoria social. Como mencionou Guivant (1998), Beck foi um dos responsáveis, juntamente com Giddens, por trazer a perspectiva da análise de risco para o centro da teoria social, demonstrando a importância desses nas sociedades contemporâneas. Não há como serem desconsideradas a magnitude e as consequências dos riscos hodiernos para a vida social e nem desvinculá-los das implicações da modernidade e das formas de organização econômica e social das sociedades capitalistas modernas. Os riscos ambientais e alimentares são emblemáticos neste sentido. Ter trazido à tona esta perspectiva é a principal contribuição de Beck para o debate social.

Em um segundo momento deste trabalho, procurou-se elucidar esta narrativa em relação aos riscos alimentares na agricultura familiar. Buscou-se evidenciar a reemergência da produção para autoconsumo entre os agricultores familiares como uma resposta aos riscos alimentares decorrentes do consumo de alimentos que tiveram acréscimos em sua composição (enlatados, alimentos processados, embutidos etc) e do uso de agrotóxicos e outros produtos químicos no processo produtivo.

O consumo de alimentos adquiridos nos mercados é interpretado como portador de risco em virtude do desconhecimento de como os alimentos foram produzidos, processados e armazenados, mesmo que adotando medidas profiláticas. Ao produzirem para o autoconsumo, as

famílias sabem o que estão consumindo e como o alimento foi produzido. Ademais, nesta produção, geralmente é procedido um manejo diferenciado vis-à-vis o comercial, a fim de se evitar o uso de agrotóxicos ou substâncias que possam gerar riscos.

Reconhecer este aspecto do autoconsumo e torná-lo público, - bem como outros papéis que o autoconsumo desempenha: contribuição para a condição socioeconômica, sociabilidade e identidade dos agricultores -, reforça a importância desta prática à agricultura familiar. A produção para o autoconsumo tem que ser interpretada para além do simples acesso aos alimentos - o que poderia ser suprido também a partir de alimentos comprados -, incorporando o que esta prática representa em termos de segurança alimentar, acesso a alimentos de qualidade, minimização da exposição aos riscos alimentares e outras dimensões mais simbólicas, como o (ser) agricultor e o (ser) vizinho.

Cabe ressaltar, por fim, algumas limitações deste exercício de elucidar a narrativa da 'sociedade de risco'. Nem todos os elementos teóricos abordados na seção 'Reflexões sobre a sociedade de risco' foram ilustrados e discutidos a partir do estudo empírico, como no que concerne a subpolítica. Seria necessário um maior aprofundamento e compilação de mais subsídios para verificar, no caso dos agrotóxicos, a expressão de subpolítica, em virtude desse não ser um debate recente (haja vista a massificação do uso de agrotóxicos nas últimas décadas), e já não despertar tanta inquietação pública, como ocorreu mais recentemente com os transgênicos. Não obstante as limitações, almeja-se que este trabalho tenha contribuído para demonstrar a importância do debate sobre sociedade de risco, bem como a importância da produção para o autoconsumo, sobretudo no contexto de tais sociedades.

REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich: **La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad**. Barcelona/Buenos Aires/ México: Paidós, 1998.

_____. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: Giddens, A. et al. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997, p. 11-71.

BRUSEKE, Franz Josef. Risco social, risco ambiental, risco individual. **Revista Ambiente & Sociedade**, n. 1, p. 117-134, 1997.

CORTEZ, F.P. **Pluriatividade e o estado da arte da agricultura familiar**

no município de Morro Redondo, RS. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Agronomia/UFPel, Pelotas – RS, 2006, 134 p.

COSTA, Sergio: Quase crítica: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva. **Tempo social:** revista de sociologia da USP, v. 16, n.2, p. 73-100, 2004.

DOUGLAS, Mary; WILDASKY, Aaron: **Risk and culture:** na essay on the selection of technical and environmental dangers. Berkeley, CA: University of California Press, 1982.

GARCIA Jr, Afrânio: **O sul:** caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo/Brasília: Marco Zero/Ed. UnB/MCT-CNPQ, 1989.

GIDDENS, Anthony: **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: Unesp, 1991, 177 p.

_____. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: Giddens, A. et al. **Modernização reflexiva:** política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997, p. 73-133.

GOLDBLATT, David: A sociologia de risco. In: GOLDBLATT, David. **Teoria social e ambiente.** Lisboa: Instituto Piaget, p. 227-69, 1996.

GRISA, Catia: **A produção “pro gasto”:** um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS, Porto Alegre – RS, 2007. 200 f.

GUIVANT, Júlia: A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico a profecia. **Estudos Sociedade e Agricultura,** n. 16, p. 95-112, abr./2001.

_____. Reflexividade na sociedade de risco: conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos. In: HERCULANO, S. (Org.) **Qualidade de vida e riscos ambientais.** Niterói: Editora da UFF, 2000, p. 281-303.

_____. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. **Revista Brasileira de Informações Bibliográficas – ANPOCS,** n.76, p. 3-38, 1998.

_____. Percepção dos olericultores da grande Florianópolis (SC) sobre os riscos decorrentes do uso de agrotóxicos. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional.** v.82, n. 22, p. 47-57, 1994.

KUMAR, Krishan: **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna:** novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LASH, S. A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade.

In: Giddens, A. et al. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997, p. 136-206.

LEITE, Sergio Pereira: Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia Brasileña. In: BELIK, W. **Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 123-181.

LOVISOLO, Hugo: **Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1989.

MALUF, R. S. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 174 p.

MENASCHE, Renata: Capinar: verbo conjugado no feminino? Notas de pesquisa sobre gênero e percepções de risco na agricultura familiar. **Cuadernos de desarrollo rural**, n. 53, p. 25-36, 2004.

_____. **Os grãos da discórdia e o risco à mesa: um estudo antropológico das representações sociais sobre os cultivos de alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre – RS, 2003. 283 p.

ROSENSTEIN, Susana et al.: Prácticas y representaciones acerca del “riesgo”: El uso de productos fitosanitarios en la agricultura. **Revista Theomai: Estudios Sobre Sociedad y Desarrollo**, n. 15, 2007.

RINKEVICIUS, Leonardas: Public risk perceptions in a ‘double-risk’ society: the case of the Ignalina Nuclear Power Plant in Lithuania. **Innovation**, v.13. n.3, p. 279-289, 2000.

_____. The ideology of ecological modernization in ‘double risk’ societies: a case study of Lithuanian environmental policy. In: SPAARGAREN, G.; MOL, A.P.J.; BUTTEL, F. (coord.) **Environment, sociology and global modernity**. London: Sage, 1999, p. 163-185.

SACCO DOS ANJOS, Flávio et al.: Abrindo a caixa-verde: estudo sobre a importância do autoconsumo na agricultura familiar gaúcha. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 42, 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2004.

SEYFERTH, Giralda: **A colonização alemã no vale do Itajaí-mirim: um estudo de desenvolvimento econômico**. Porto Alegre: Movimento, 1974.

TEDESCO, João Carlos: **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. PGDR;

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. PPGA; CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO: **Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade**: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul – AFDLP. Porto Alegre, Pelotas, 2003. Projeto de Pesquisa.



Versão eletrônica disponível na internet:

www.unioeste.br/saber